

FUNDAMENTOS TEÓRICO-ARGUMENTATIVOS DA CONCEPÇÃO AGOSTINIANA ACERCA DO LIVRE-ARBÍTRIO

THEORETICAL AND ARGUMENTATIVE FOUNDATIONS OF THE AUGUSTINIAN CONCEPTION OF FREE WILL

Ana Ruth Pereira Padilha¹

<https://orcid.org/0009-0002-4056-9202>

José Alesi Santiago Rocha²

<https://orcid.org/0009-0003-0492-2491>

Robert Brenner Barreto da Silva³

<https://orcid.org/0000-0002-7156-0932>

Resumo: A discussão acerca do problema do livre-arbítrio não pode ser iniciada sem a investigação da origem do mal. Na tênue relação entre ambos encontra-se o poder de decisão, que se torna problemático a partir do momento em que o homem pratica o mal. Diante disso, surge a seguinte questão: por que Deus concedeu ao homem o livre-arbítrio, se é justamente por meio dele que o mal é cometido? Para responder a esse problema, Agostinho fundamenta sua reflexão a partir de suas experiências no maniqueísmo, culminando na elaboração da obra *De Libero Arbitrio*. Este trabalho propõe analisar a investigação agostiniana, bem como os fundamentos teóricos e argumentativos que sustentam sua tese acerca do livre-arbítrio.

Palavras-chave: livre-arbítrio; mal; Agostinho.

Abstract: The discussion concerning the problem of free will cannot begin without an investigation into the origin of evil. Within the subtle relationship between the two lies the power of decision, which becomes problematic once human beings commit evil. This raises the following question: why did God grant free will to humanity if it is precisely through it that evil is committed? In addressing this issue, Augustine grounds his reflection in his experiences with Manichaeism, culminating in the work *De Libero Arbitrio*. This paper aims to analyze

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora substituta do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4187873826529989>
E-mail: anaruthpereira9@gmail.com.

² Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor de Filosofia na rede pública e particular do Estado do Ceará. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9706249804974616>
E-mail: alesi.santiago@aluno.uece.br.

³ Doutor em filosofia. Professor do Mestrado acadêmico em filosofia da Universidade Estadual do Ceará –
UECE.robert.brenner@uece.br

Augustine's investigation and the theoretical and argumentative foundations that underpin his thesis on free will.

Keywords: free will, evil, Augustine.

1 introdução

Desde sua infância, Agostinho já deparava com questões acerca do mal. Perguntas como: Por que praticamos o mal? Quem é o autor do mal? Estiveram presentes na vida do filósofo, traçando um caminho que mais tarde se arrependerá, como a sua entrada para a seita maniqueísta⁴. O maniqueísmo deu para Agostinho, no primeiro momento, respostas para muitas de suas questões, a exemplo das que foram citadas acima. Contudo, após 9 anos, descobriu que nada tinham com o que ele buscava de verdade. Agostinho sentisse confuso, pois sua mãe, uma católica fervorosa, havia lhe ditado toda a sua fé, apontando Deus como o Sumo Bem e Criador de todas as coisas. O que Agostinho buscava era entender como pode Deus, criador de todas as coisas e o Sumo Bem, permitir que o mal habite no mundo.

Após o maniqueísmo o hiponense fora apresentado as leituras de Plotino que deu a ele a luz que buscava para seus questionamentos, o mal é a ausência e privação do bem e não pode ser caracterizado como um ser. Com isso, Agostinho analisa de forma profunda o mal de três formas: metafísico-ontológico, moral e físico. O mal como metafísico-ontológico não está no cosmos e é um defeito, isto é, uma imperfeição na ordem criada. O mal moral é o pecado que acontece quando a vontade do homem – que por natureza deveria temer para bem – se volta para o mal, é o mau uso do livre-arbítrio. Por fim, o mal físico são as consequências do mal moral e pode estar aplicado as doenças, sofrimentos e morte, que estão presentes durante a vida do homem. É a mancha do pecado original, a consequência da corrupção do corpo.

O trabalho de Agostinho passou a ser o de explicar a autoria do mal e sua aplicabilidade na vida do indivíduo através dessas três facetas, de modo que, em seu diálogo com Evódio, nega gradualmente a autoria de Deus quanto ao mal, atribuindo a ele incorruptibilidade, inviolabilidade e imutabilidade. Sendo assim, toda a criação é, sem dúvidas, boa, mas os argumentos apresentados os fazem quererem entender porque Deus deu ao homem o livre-

⁴ Em seu livro autobiográfico intitulado Confissões Agostinho diz: “Suas palavras traziam armadilhas do demônio, numa mistura confusa do teu nome com o de nosso Senhor Jesus Cristo e do Espírito Santo consolador. Pronunciavam continuamente tais nomes, que eram apenas sons e movimentos de lábios, mas seus corações eram vazios de verdade. Repetiam: ‘Verdade, verdade!’ E me falavam muito dela, mas não a possuíam; pelo contrário, ensinavam falsidades, não só a teu respeito, que és realmente a verdade, mas também sobre a existência do mundo, criatura tua” (AGOSTINHO, 2002, p. 68).

arbítrio da vontade se ele é a única via de acesso ao pecado. Ora, não seria mais fácil Deus não ter dado o livre-arbítrio ao homem?

Provar que o livre-arbítrio é um bem não foi difícil para Agostinho, tinha com ele a certeza que Deus era o Sumo Bem, imutável e eterno, além disso, provou que o livre-arbítrio é um bem médio, mas um bem. Para tanto, Deus deu ao homem vários bens nos quais o filósofo considerou grandes, médios e pequenos, sendo o livre-arbítrio um bem médio, pois é unicamente por ele que o homem peca, mas é também quem dá a escolha de fazer bem. Deus deu ainda a faculdade da razão, que permite ao homem se destacar na escala de perfeita criada, isto é, com ela o homem tem a capacidade de entender e, conseqüentemente, de distinguir boas ações de más ações.

Assim, o objetivo é entender de que maneira o livre-arbítrio, que é um bem, se volta para o mal e analisar a relação entre mal e livre-arbítrio e seus fundamentos no pensamento agostiniano a partir da obra homônima do filósofo. Como complemento, os autores como Étienne Gilson e Eleonore Stump serão levados em consideração por se tratarem de especialistas que trazem consigo uma análise que completa o estudo já traçado, além de outros pesquisadores listados ao longo deste trabalho.

2 O mal e a vontade nas ações humanas

Já fora dito que o mal ao qual Agostinho se refere trata-se do mal moral e este, por sua vez – e, é bom que se diga, no contexto da cristandade – diz respeito ao pecado. No começo do diálogo de Agostinho com Evódio⁵, manifestou-se a dúvida de que Deus poderia ser o autor do mal, já que ele havia criado tudo. Ao se deparar com a dúvida de seu amigo Evódio, Agostinho analisa, quando em busca de explicações acerca do mal, que existem dois sentidos quando se fala de mal: o sentido do mal físico, quando alguém sofre o mal, e o sentido do mal moral, quando alguém pratica o mal. Sua explicação acerca desses dois sentidos do mal, dar-se pelo fato de que, por vezes, o homem não só comete o mal, como também sofre pela causa dele.

Destarte, ao afirmar que Deus é bom, Agostinho acredita que tudo que ele criou também é bom e, conseqüentemente, Deus não pode ser o autor do mal. Ora, Deus é bom, mas também é justo, e na concepção de Agostinho “Deus deve distribuir recompensas aos bons, assim como castigos aos maus”⁶. Essa é a maneira que Deus dirige o universo, atribuindo a ele o equilíbrio da justiça, por essa razão, ele é autor do mal físico sofrido pelo homem e não do mal moral, aquele que o homem comete.

⁵ Livro 1 da obra *O livre-arbítrio* de Santo Agostinho.

⁶ *Lib. arb. I, i, 2*

No que se refere à autoria do mal, Agostinho aponta, em *O livre-arbítrio*, que “não existe um só e único autor” do mal. Este tem vários autores, pois cada homem, ao cometer o mal, é autor de sua má ação e, desta maneira, é punido pela justiça de Deus. Sua punição se dá, porque ele é, então, responsabilizado pelas suas más ações, e essa responsabilidade surge, porque, segundo Agostinho, o homem pode escolher, pelo seu livre-arbítrio, não praticar más ações, isto é, as ações que o homem comete são voluntárias e, de certa forma, conscientes (*Lib. arb. I, i, 1*).

Reitera Agostinho que Deus não é o autor do mal. Todavia, ele desperta para outra dúvida: “se o pecado procede dos seres criados por Deus, como não atribuir a Deus os pecados, sendo tão imediata a relação entre ambos?”⁷. Decerto, a presente questão nos apresenta o passo inicial para que o filósofo discorra sobre a origem do mal, pois sendo o homem criatura de Deus e Deus sendo bem, existe a possibilidade de uma ligação de Deus com o pecado. Tal questão, levou Evódio e Agostinho a refletirem sobre a essência do pecado buscando, primeiramente, sua origem no homem.

Julgamos conveniente, nesse sentido, rememorarmos ou mesmo pensarmos antes na tese do que o homem como criação de Deus. Agostinho atribui a Deus a incorruptibilidade, inviolabilidade e imutabilidade, isto é, atribui a ele características de um ser sumamente bom, que criou o homem para que este, vivesse de acordo a presciência divina. Segundo a afirmação sobre a criação, o homem tem por essência, o bem e, este foi criado para que vivesse a partir da soberania de Deus⁸. Porém, para Agostinho, Deus não criou o homem sem querer, mas sim porque quis, criou *ex nihilo* (do nada) e tudo que ele criou, é bom.

No seguimento do diálogo, Agostinho sustenta a argumentação pela qual, que a atuação da boa vontade prova de que o pecado vem do livre-arbítrio, pois pela criação do homem, fica provado que o homem nasce bom e que, somente depois, ele torna-se mau, é o que podemos concluir na afirmação a seguir: “Na verdade, cremos pela fé que o homem foi criado por Deus e formado de modo perfeito, e que foi por si e sua própria vontade que se precipitou de lá, nas misérias desta vida mortal” (*Lib. arb. I, xi, 23*).

Com efeito, a criação de Deus não poderia ser outra coisa senão boa, pois um ser que é sumamente bom, que pela sua vontade criou o universo, só pode criar o bem. Por conseguinte,

⁷ *Lib. arb. I, x, 22*

⁸Segundo William E. Mann (2016), é possível fazer uma distinção entre o pensamento de Platão e Agostinho na explicação sobre a criação no diálogo platônico *Timeu*. Na obra de Platão, o artesão divino porque não criar indicaria uma falha no seu caráter como ser superior e um ser perfeito não pode ter falhas, isto é, inveja. “Mas estar livre da inveja, não determina que espécie de universo o artesão divino criará”. Por ser bom, o artesão só pode criar o que é mais parecido possível com ele e por essa razão o artesão impõe ordem sobre a “matéria inicialmente discordante, produzindo um universo que é tão bom quanto a natureza de sua matéria permite”.

não é o responsável pelo mal que o homem causa, mas ele pode, com justeza, julgar para que cada um receba aquilo que lhe é merecido. Tendo em vista que o mal ainda existe e que este, enquanto pecado, é praticado pelo homem, nos voltemos agora para a origem do pecado, enquanto mal moral.

O conhecido estudioso francês da filosofia medieval, Étienne Gilson (2010), frisa que, nesse contexto, Deus é o soberano bem, é imutável e eterno, ao passo que não há ninguém acima ou fora dele. Suas criaturas, por sua vez, vieram dele, mas não possuem a ele, pois se elas fossem dele, seriam idênticas a ele e dessa forma, deixariam de ser criaturas. Ele conclui dizendo:

Ora, o que vem do nada não participa somente do ser, mas do não ser. Logo, nas criaturas há um tipo de falta original que, por sua vez, engendra a necessidade de adquirir e, conseqüentemente, de mudar. Tal é a origem metafísica de sua mutabilidade (GILSON, 2010, p. 272).

Independentemente da substância, espiritual ou corporal, Deus lhe conferiu, número, forma e ordem⁹, esses três atributos, estagnam o homem numa natureza superior. Assim, é possível afirmar, que pela natureza do homem ele só pode ser bom e o mal é a corrupção dessa perfeição que o homem possui por natureza. Essa natureza é corrompida, o homem permanece perfeito e isento de maldade, isto é, o mal é a ausência do bem, ou a privação do mesmo.

Ao explicar o mal nas ações humanas, na primeira parte do tratado *O livre-arbítrio*, Evódio cita os adultérios, os homicídios e os sacrilégios, como más ações. No contexto, o adultério, os homicídios e os sacrilégios eram considerados más ações, pois era proibido por lei e, para Agostinho, eram proibidos pela lei dos homens e pela lei divina. O que se segue, é que essas ações são cometidas pelos homens, quando esses se deixam levar pelas suas paixões¹⁰ interiores, ao passo que “ao procurar o mal num ato exterior visível, caíste num impasse” (*Lib. arb. I, iii, 8*).

Para te fazer compreender que a paixão é bem aquilo mal no adultério, considera um homem que está impossibilitado de abusar da mulher de seu próximo. Todavia, se for demonstrado, de um modo ou de outro, qual o seu intento e o que teria realizado se o pudesse, segue-se que ele não é menos culpado por aí do que se estivesse sido apanhado em flagrante delito (Mt. 5, 28) (*Lib. arb. I, iii, 8*).

Sobre os homicídios, Agostinho tem um ponto de vista específico, pois indaga que estes podem ser cometidos sem paixões, isto é, pela primazia do mal desejo, pois se o homicídio consiste no ato de matar um homem, pode acontecer, que algumas vezes, seja feito sem o

⁹ *modus, specie, ordo.*

¹⁰ Segundo Agostinho, essas paixões também podem ser denominadas concupiscência.

pecado, como os soldados que matam seus inimigos, do juiz que manda executar o criminoso e do lançador de flechas, que por acidente, deixa uma flecha escapar e acaba matando alguém. Ao passo que quando um escravo, por medo de tormentos, mata seu senhor é julgado pela lei divina e pela lei dos homens. Ora, para Agostinho pode ser, que esse escravo desejava libertar-se do temor do seu senhor somente para satisfazer suas paixões. E afirma:

Com efeito, desejar vida sem temor, não só é próprio dos homens bons, como também dos maus. Com esta diferença, porém: os bons o desejam renunciando ao amor daquelas coisas que não se podem possuir sem perigo de perdê-las. Os maus, ao contrário, desejam uma vida sem temor, para gozar plena e seguramente de tais coisas, e para isso esforçam-se de qualquer modo para afastar todos os obstáculos que o impeçam. Lavam então vida criminosa e perversa – vida que antes deveria ser chamada de morte (*Lib, arb. I, iv, 9*).

Os homicídios cometidos sem paixão, são os de autodefesas. Esses acontecem, segundo Agostinho, quando o homem age “em defesa da própria vida, seja da liberdade ou do pudor”¹¹, sendo aprovadas pelas leis temporais, mas punidos pela lei divina. O que se segue, é que, é necessário ser distinguida a lei eterna¹² da lei temporal¹³, pois existem atos movidos pelas paixões desculpados pela lei dos homens, mas condenados pela lei divina. Os homicídios cometidos pela autodefesa, são punidos pelas leis temporais quando, por exemplo: “um homem ou a uma mulher, cuja virtude querem violentar, de exterminarem o seu agressor antes de serem estuprados”. Ao passo que essa mesma lei, ordena soldados a matar seu inimigo quando em campo de guerra e, caso eles se neguem, são punidos por seus chefes.

Encontra-se, com efeito, no bispo de Hipona, conveniência em separar as leis temporais das leis divinas, haja vista que o homem é regido pela lei divina e pelas leis temporais, ao passo que suas ações passam por essas duas leis. As leis temporais costumam ser impostas para o bem comum de uma nação e quem faz as leis, isto é, os governantes, que eleitos pelo povo, não colocam seus interesses particulares acima do bem comum, definindo as leis com justiça. Todavia, ressalta Agostinho, na lei divina o governante não é eleito pelo povo e estes devem obedecer sempre às leis divinas, pois essa lei tem ação punitiva¹⁴.

Para nosso autor, “na lei temporal dos homens nada existe de justo e legítimo que não tenha sido tirado da lei eterna”, é também “aquela lei em virtude da qual é justo que todas as coisas estão perfeitamente ordenadas”¹⁵. E ele prossegue, assegurando que a lei divina é superior à lei temporal, que todos os seguimentos das leis temporais foram retirados,

¹¹ *Lib. arb. I, v, 11*

¹² Lei divina ou lei de Deus.

¹³ Lei terrena ou lei dos homens.

¹⁴ *Lib. arb. I, v, 11*

¹⁵ *Lib. arb. I, vi, 15*

primeiramente, da lei divina e, as ações más do homem, podem ser perdoadas pelas leis temporais, mas terão, ainda que passar pelo tribunal das leis divinas.

Em suma, no que tange as leis que regem o homem, isto é, a lei divina e as leis terrestres, não existe inviabilidade para serem inválidas. As leis terrestres regem o homem na terra, enquanto, lei divina também rege o homem na terra, induzindo-o às boas ações, de modo que o homem viva com retidão.

A partir das atribuições que Deus deu ao homem, isto é, número, forma e ordem, o mal só pode ser a corrupção na perfeição humana¹⁶, pois, Agostinho, ao acreditar que tudo que é bom e perfeito vem de Deus, nega a possibilidade do homem ser mal, partindo da premissa de que o próprio Deus é bom. A dúvida sobre a autoria do mal vir de Deus, é válida, pois no tratado *De Libero Arbitrio*, Agostinho afirma que “não pode existir realidade alguma que não derive de Deus”¹⁷. E, por conseguinte, todas as coisas que existem, possuem medida, número e ordem (são elementos de uma perfeição plenamente realizada) e, sendo atribuídas a Deus, como seu autor. Para ele, essa perfeição completa é um bem, na verdade, o seu próprio começo já é um bem, se se considerarem os motivos de onde ela advém.

O que se segue, é que pela perfeição que Deus atribuiu ao homem, as suas más ações seriam a ausência desse bem que existe nele desde sua criação. Ora o mal, que o homem comete, não pode advir de Deus, pois o homem, por possuir o livre-arbítrio da vontade, pode escolher qual caminho seguir, visto que, como já fora dito, Deus é o Sumo Bem. Todavia, o homem não só possui o livre-arbítrio da vontade, como é unicamente por meio dele, que o homem comete o mal. Por essa razão, o mal é voluntário, pois por possuir o livre-arbítrio o homem pode escolher agir mal ou bem.

Não obstante, para o bispo hiponense, o homem possui a boa vontade, por ela o homem deseja viver com retidão e honestidade e, assim, atinge o cume da sabedoria. Antes que se fale de boa vontade, faz-se necessário entender qual o papel dela segundo Agostinho:

Ora, quem quer que seja que tenha esta boa vontade, possui certamente um tesouro bem preferível do que os reinos da terra e todos os prazeres do corpo. E ao contrário, a quem não a possui, falta-lhe, sem dúvida, algo que ultrapassa em excelência todos os bens que escapam o nosso poder. Bens esses que, se escapam do nosso poder, ela, a vontade sozinha, traria por si mesma (*Lib. arb. I, xii, 26*).

¹⁶ “Se assim é o bem, o mal só pode ser a corrupção de umas das perfeições na natureza que as possui. A natureza má é aquela em que medida, forma ou ordem estão corrompidas, e ela é má somente na exata proporção do grau de sua corrupção. Não corrompida, essa natureza seria toda ordem, forma e medida, quer dizer boa; mesmo corrompida, ela permanece boa enquanto natureza e má apenas no tanto que é corrompida. Essa relação do mal com o bem num sujeito é exprimida ao dizer que o mal é uma *privação*. Com efeito, ele é a privação de um bem que um sujeito deveria possuir, uma falta de ser que ele deveria ser e, por conseguinte, um puro nada” (GILSON, 2010, p. 273, grifos do autor).

¹⁷ *Lib. arb. III, xx, 54*

Eleonore Stump (2016), declara que quando Agostinho explica como a vontade funciona, ele liga-a intimamente à mente. Pois o homem não poderia querer alguma coisa, que não fosse instigado primeiro pela mente. Entretanto, em meio ao diálogo acerca do livre-arbítrio, é afirmado que não se pode encontrar na natureza do homem algo mais excelente que a razão, pois ela o distingue das outras criaturas de Deus.

A saber, a boa vontade que o homem possui está nas suas mãos, e por meio dela, ele pode, voluntariamente, chegar à felicidade, mas sem ela, ele voluntariamente pode chegar a uma vida de infortúnios. Todavia, a felicidade só chega para aquele que vive com retidão e, somente a boa vontade dá direito a vida feliz¹⁸. Ora, o homem que ama viver retamente, tem certamente prazer nisso, de tal modo que encontra não apenas o bem verdadeiro, mas também encontra doçura e alegria. Entretanto, para Agostinho, a boa vontade está atribuída à vida feliz, enquanto a má vontade, à vida infeliz.

Ademais, dar ao homem uma vontade que pode incluir o desejo de praticar o mal, não seria dar um dom perigoso? Toda liberdade leva a um perigo, mas também pode levar a um bem e, dentre esses bens, um dos maiores bens que pode acontecer: a beatitude. Nesse sentido, Gilson, expressamente, argumenta o seguinte:

Em si, a vontade livre não poderia ser um mal; tampouco é um bem absoluto, como a força, a temperança ou a justiça, dos quais não se poderia fazer mau uso sem os destruir; ela é um tipo de bem mediano, cuja natureza é boa, mas cujo efeito pode ser mau ou bom segundo a maneira pela qual o homem o usa. Ora, o uso do livre-arbítrio está à disposição do próprio livre-arbítrio (GILSON, 2010, p. 277).

Com efeito, existe um movimento culpável da vontade, ao passo que existem, também, os bens mutáveis e os bens imutáveis, que as vontades podem aderir. Os bens mutáveis são os bens terrenos, esses determinados por Agostinho como os bens terrestres, e os bens imutáveis são as coisas divinas ou o próprio Deus, diz Agostinho:

Logo, não duvides que existe uma forma eterna e imutável, em virtude da qual esses seres mutáveis não se desfazem, mas antes, com seus movimentos compassados e grande variedades de formas, compõem uma espécie de poemas temporais. Esse Ser eterno e imutável não está contido nem se difunde por lugares, nem se prolonga e varia no decorrer dos tempos. Mas é por sua Perfeição (Forma) que puderam se formar todas as coisas que nos rodeiam, ajustaram-se e serem produzidas conforme os números próprios, de acordo com seu gênero no tempo e no espaço (*Lib. arb. III, xvi, 44*).

Ora, uma vez que a vontade foi dada ao homem, ela tem inclinação que, pelo próprio homem, tende para as coisas inferiores, isto é, bens mutáveis, o pode estar em um movimento

¹⁸ “Agostinho faz essa analogia segundo as leis divinas e as leis temporais. Onde as duas leis, julgam a vontade do homem, pois é voluntariamente que o homem merece a vida feliz” (*Lib. arb. I, xiv, 30*).

natural ao praticar o mal, pois sua vontade nada mais é, do que uma inclinação para o bem e também, para o mal. Todavia, Agostinho afirma ser a vontade um bem, por mais que tenha inclinação para as coisas inferiores, pois a presciência divina foi quem deu o livre-arbítrio da vontade, o homem é responsável pelos seus atos. Dessa maneira, existe uma faculdade que torna o homem, pela vontade, responsável por suas ações.

3 A faculdade da razão torna o homem imputável por suas ações

O homem, por possuir a faculdade da Razão, está perfeitamente ordenado em si, isto é, possui entendimento, conhecimento e conseqüentemente, sabe que possui a razão. Pela razão ele sabe que vive e por ela, ele se distingue das outras criaturas de Deus, como, por exemplo, os animais. A capacidade do homem de saber que vive, o torna diferente de todos os animais, pois como diz Agostinho, “o que denominamos saber não é nada mais do que perceber pela razão” (*Lib. arb. I, viii, 18*).

Ora, o homem tem muitas coisas em comum não só com os animais, mas também com as árvores, ambos podem comer, crescer e gerar. Todavia, “os animais podem ver, entender e sentir os objetos corporais, por meio do olfato, do gosto, do tato e, frequentemente, com mais penetração do que nós”¹⁹, alguns têm mais força e velocidade que o homem e, ainda assim, são submissos ao homem, pois não possuem a razão.

Ademais, existem características que somente os animais têm, como o instinto e o hábito de obedecer à vontade dos homens, ao passo que existem características que somente os homens têm, como rir e se divertir. E por mais que o homem possua a razão, como fator indispensável para o seu entender, e que ele tenha “amor aos elogios e glória ao desejo de dominar”, que também são tendências que não pertencem aos animais, o homem não deve se julgar melhor que eles por possuir essas paixões, pois o agir do homem a partir dessas paixões, o faz um infortunado. Assim, diz Agostinho sobre as paixões:

Ao mesmo tempo, o império das paixões, ao lhe impor sua tirania, perturba todo o espírito e a vida desse homem, pela variedade e oposição de mil tempestades, que tem de enfrentar. Ir do temor ao desejo; da ansiedade mortal à vã e falsa alegria; do tormento por perder um objeto que amava ao ardor de adquirir outro que ainda não possui; das irritações de uma injúria recebida ao insaciável desejo de vingança. (*Lib. arb, I, xxi.a, 22*).

¹⁹ *Lib. arb. I, viii, 18*

Em contrapartida, a razão é um dos motivos que dão ao homem seu lugar na perfeição das criaturas criadas por Deus. Se os animais possuíssem a razão²⁰, não haveria motivo para que não dominassem o homem, pois é a superioridade da mente e do espírito que os homens possuem sobre os animais, que faz com que eles os dominem, como diz Agostinho a seguir em seu diálogo com Evódio:

Podes, pelo menos, te lembrar do que dissemos há pouco, a saber: que os animais, domados e domesticados pelos homens, os dominariam por sua vez – como nos demonstrou a razão –, se os homens não possuem sobre eles alguma superioridade. Ora, essa superioridade não a descobrimos nos corpos. Assim, como nos pareceu, reside na alma. E não encontramos para ela outro nome mais adequado do que o de razão. Ainda que a seguir, nós dominamos que ela também pode ser dominada mente ou espírito. *Mas se é verdade que a mente pode se servir da razão. Donde a consequência: aquele dotado de razão não pode estar privado da mente (Lib. arb. I, ix, 19).*

Destarte, nada força a razão a submeter-se às paixões. Visto que a paixão não é mais poderosa que a mente, pois se fosse, negaria a ordem perfeita do mais forte exercer ordem sobre o mais fraco, pois a mente firme, em seu direito, conservará o domínio e poderá afastar-se das paixões e aproximar-se da virtude. Neste caso, é relevante a explicação de Agostinho: “Por conseguinte, só quando a razão domina a todos os movimentos da alma, o homem deve se dizer perfeitamente ordenado. Porque não se pode faltar ordem justa, sequer simplesmente de ordem, onde as coisas melhores estão subordinadas às menos boas” (*Lib. arb. I, xii, 18*).

Em suma, pela razão, o homem sabe que vive e, pela mesma, ele reconhece que Deus é bom e tudo que vem dele também é bom. Não obstante, o livre-arbítrio também é um bem, pois, assim como ele possibilita o homem de escolher o mal, também o possibilita de escolher o bem, não sendo ele outra coisa senão um bem.

4 Como o livre-arbítrio se volta para o mal se ele é um bem?

Do que fora dito até então, converge para o foco agostiniano do livre-arbítrio: as possibilidades do mal, as tendências humanas, o dote racional do homem que o sobrepõe aos animais. Esses estão às voltas do foco do argumento do livre-arbítrio como fundamento das ações imputáveis ou de responsabilidade humana.

Partindo da afirmação de que é Deus que distribui recompensas aos bons e castigos aos maus, o livre-arbítrio da vontade não poderia ter sido dadopor mais ninguém a não ser por Deus. Por conseguinte, por vi de Deus, o livre-arbítrio não poderia ser nada além de dom, pois esse, também é justo. Ao passo que Deus, também, atribui o infortúnio aos pecadores e felicidades

²⁰ É considerada também como mente ou espírito por Agostinho.

aos que praticam o bem. Ora, para Agostinho, “se é verdade que o homem em si seja certo bem, e que não poderia agir bem, a não ser querendo, seria preciso que gozasse da vontade livre, sem a qual não poderia proceder dessa maneira”²¹. Não é justificável o fato de uma pessoa, por se servir somente desta vontade, também para pecar, que fica subtendido que Deus deu a vontade somente com essa intenção.

Destarte, para Agostinho, existe uma razão suficiente para que Deus tenha dado o livre-arbítrio da vontade ao homem²². Ora, sem a vontade, o homem não poderia viver retamente, o que não significa que ele vai usá-la somente para cometer boas ações ou somente para cometer más ações.

Assim, quando Deus castiga o pecador, o que te parece que ele diz senão estas palavras: “Eu te castigo porque não usaste de tua vontade livre para aquilo que eu a concedi a ti”? Isto é, para agires com retidão. Por outro lado, se o homem carece do livre-arbítrio da vontade, como poderia existir esse bem, que consiste em manifestar a justiça, condenando os pecados e premiando as boas ações? Visto que a conduta desse homem não seria pecado nem boa ação, caso não fosse voluntária. Igualmente, o castigo, como a recompensa, seria injusto, se o homem não fosse dotado de vontade livre. Ora, era preciso que a justiça estivesse presente no castigo e na recompensa, porque aí está um dos bens cuja fonte é Deus (*Lib. arb. II, i, 8*).

Em suma, era necessário que Deus desse ao homem o livre-arbítrio, pois a justiça faz-se necessária para que o homem seja punido ou premiado pelos seus atos, isto é, Deus só poderia castigar o homem por meio da justiça. “Ora, seria isso uma injustiça, se a vontade livre fosse dada não somente para se viver retamente, mas igualmente para se pecar”²³. Todavia, se o livre-arbítrio é um bem, dado ao homem por Deus, como ele se volta para o mal?

Sempre e ainda no encalço em responder à questão acerca do livre-arbítrio, Agostinho propõe duas condições: a primeira condição é colocar-se no ponto de vista de Deus e, a segunda, é não se limitar à fé, mas procurar seu entendimento. Na primeira condição, Agostinho introduz a ideia da Iluminação Divina, impondo que: “se fosse incerto que Deus tenha concedido a vontade livre, nós teríamos o direito de indagar se foi bom ela nos ter sido dada”²⁴. Todavia, o mesmo Agostinho, se fosse bom, reconheceria o doador naquele que deu a eles todos os bens, ao passo que se fosse mal, o homem compreenderia que o doador não é aquele a quem não é permitido incriminar algo que seja.

²¹ *Lib. arb. II, i, 8*

²² “Eis por que é necessária ao homem uma vontade pessoal e livre, bem médio em si mesmo, que permaneça livre para se voltar ao bem supremo e para possuí-lo na beatitude, ou para afastar-se dele para gozar de si mesmo e das coisas inferiores, no que consiste o mal moral e o pecado. Aversão ao Soberano Bem e conversão aos bem secundários, são, em suma, os dois atos livres que decidem nossa felicidade ou infelicidade eternas” (GILSON, 2010, p. 278).

²³ *Lib. arb. II, i, 3*

²⁴ *Lib. arb. II, ii, 6*

Por conseguinte, Agostinho afirma que se foi Deus quem foi o doador da vontade livre, independentemente da forma que o homem a recebe, o homem deve tomar consciência de que Deus não estava obrigado a doar tal dom, nem dessa forma e nem de nenhuma outra forma. Na segunda condição, Agostinho propõe que, para ser explicado, é necessário não se ater somente sobre a fé, mas procurar o entendimento, introduzindo seu princípio: crer para entender. Assim, ele diz: “Com efeito, se crer não fosse uma coisa e entender outra, e se não devêssemos primeiramente crer, nas sublimes e divinas verdades que desejamos compreender, seria em vão o que o profeta teria dito: ‘Se não crerdes não entenderéis’ (Is. 7,9, na LXX)”²⁵.

Na busca para saber se o livre-arbítrio foi dado ao homem com justiça, Agostinho propõe uma investigação acerca das três primeiras intuições do espírito, que acontecem da seguinte maneira, conforme ele mesmo destaca: “1º- procuremos como provar com evidência a existência de Deus; 2º se, na verdade, tudo que é bem, enquanto bem, vem de Deus; 3º- enfim, se será preciso contar, entre os bens, a vontade livre do homem” (*Lib. arb. II, iii, 7*).

Destarte, se essas questões propostas foram devidamente esclarecidas, para Agostinho, serão suficientes para reconhecer “se essa vontade foi dada ao homem com justiça”²⁶. A mais importante das três é aquela que só o homem possui, ou seja, o entender. Nesse sentido, o homem possui o existir, o viver e o entender, sendo o mais importante o entender, pois na análise que Agostinho e Evódio fazem, um cadáver existe, mas não vive e nem entende; um animal existe e vive, mas não entende; e o homem existe, vive e entende.

Diante dessas afirmativas, é justificável Deus ter dado ao homem a vontade, pois o homem tem a capacidade de entender que o melhor caminho é o do bem e não o do mau. Como se percebe, no argumento agostiniano, o entendimento peculiar ao homem, implica, com efeito, a responsabilidade mediante arbítrio livre que sobre ele recai; o entendimento faculta, pois, a escolha e a deliberação da humana. Assim, o homem não está subjogado nem a uma suposta coercitividade divina, nem a um suposto destino oprimente.

Ademais, o conhecimento que o homem possui advém dos sentidos externos, interno e pela razão. Os sentidos exteriores, ou os sentidos corporais, são: a vista, o ouvido, o olfato, o gosto e o tato e, estes, têm a função de dizer a respeito das formas dos objetos. Ao passo que, “graças ao sentido interior, todos os objetos, não somente os aprendidos pela vista, mas também pelo ouvido e por outros sentidos corporais, são procurados e apossados pelos animais, no caso de isso lhes causar agrado; ou bem, evitados e rejeitados, no caso de lhes serem nocivos”²⁷.

²⁵ *Lib. arb. II, ii, 6*

²⁶ *Lib. arb. II, iii, 7*

²⁷ *Lib. arb. II, iii, 8*

Enquanto a razão é quem pode distinguir, determinar e definir esses sentidos, os servidores e os objetos que lhes apresentam, reconhecendo, também, a diferença que existe entre ela e os outros sentidos.

Mas esse sentido interior não se pode dizer que seja, nem a vista, nem o ouvido, nem o olfato, nem o gosto, nem o tato. Ele é, não sei que outra faculdade diferente, que governa universalmente a todos os sentidos exteriores, por igual. A razão é que nos faz compreender isso, como já disse. Não posso, porém, identificar essa faculdade com a razão, porque está também manifestamente nos animais, e estes não possuem a razão (*Lib. arb. II, iii, 8*).

Todavia, os sentidos exteriores não percebem a si, enquanto o sentido interior sente as impressões que recebe dos cinco sentidos, percebendo igualmente os mesmos sentidos. Apesar disso, os sentidos interiores, são definidos por Agostinho como os juízes e guia dos sentidos exteriores, pois um guia os outros. Diz Agostinho:

O sentido exterior julga os sentidos corporais, aprovando um bom funcionamento ou exigindo um mau serviço. Do mesmo modo, os próprios sentidos externos, eles mesmos julgam os objetos corporais, aceitando seu contato, caso seja agradável, ou rejeitando-o, caso contrário (*Lib. arb. II, v, 12*).

Em suma, a razão está acima desses dois sentidos, pois somente ela possui o entendimento, pois como já fora dito anteriormente, não há nada mais excelente do que a razão. Contudo, a razão não está acima de Deus, pois foi ele quem deu ao homem a razão e, para Agostinho, até a própria razão se esforça para chegar ao imutável²⁸, por vezes chega, mas por vezes não, o que a caracteriza como mutável.

Decerto, a definição da essência do pecado, mostra que ele procede do livre-arbítrio. Para Agostinho, é próprio da vontade escolher o que cada um pode optar e, somente a vontade, poderá tirar a alma do caminho da retidão. O que se segue é que, o objeto do qual se usa o mal não é censurado, mas sim, o homem que se serviu desse mal. Por essa razão, Agostinho faz um exame do que é cometer o mal:

Em consequência, agora é o momento de examinarmos com cuidado se cometer o mal é outra coisa do que menosprezar e considerarmos os bens eternos – bens dos quais a alma goza por si mesma e atinge também por si mesma, e aos quais não pode perder, caso o ame de verdade, e ir em busca dos bens temporais, como se fossem grandes e admiráveis. Bens esses, experimentados no corpo, a parte menos nobre do homem, que nada têm de seguro. Para mim, todas as más ações, isto é, nossos pecados podem estar incluídos nessa única categoria (*Lib. arb. I, xvi, 35a*).

²⁸ “Pergunto-te, porém: se não encontrasses nada acima da nossa razão, a não ser o que é eterno e imutável, hesitarias chamá-lo de Deus? Pois os corpos são mutáveis, tu o sabes, e a vida pela qual os corpos são animados, em meio à variedade de seus estados, mostra com veemência que esta vida está sujeita as mutações” (*Lib. arb. II, vi, 14*).

Contudo, o livre-arbítrio da vontade é um bem em si, pois como dito antes, todo bem procede de Deus e, ao explicar tal afirmação, ao passo que surge a dúvida de Evódio no diálogo com Agostinho, que o livre-arbítrio da vontade não deveria ter sido dado ao homem, visto que, o homem, serve-se dele para pecar. Em oposição, Agostinho afirma que, é também pelo livre-arbítrio que o homem age com retidão, e que Deus, com essa intenção, deu ao homem esse bem. Assim, é justificado no diálogo que: a vontade livre devia ter sido dada do mesmo modo que nos foi dada a justiça, da qual ninguém pode se servir a não ser com retidão²⁹.

Ademais, assim como o livre-arbítrio, todos os bens, tais como: as virtudes cardeais, a sabedoria e a verdade³⁰, chegam ao homem unicamente por meio de Deus. A saber, assumindo as verdades de que Deus existe e que todos os bens vêm dele, Agostinho logo conclui que o livre-arbítrio da vontade é também um bem, ainda que o homem possa usá-lo para o mal. Com efeito, essa dualidade da vontade livre, isto é, seu uso para o mal ou para o agir com retidão, não descarta sua existência como um bem.

Agostinho define que existem bens corpóreos, ao passo que também existem bens no espírito, estes, por serem bens, foram dados por Deus. Todavia, a justiça, por exemplo, ocupa um lugar entre os maiores bens que existem no homem, como as virtudes da alma, com as quais o homem pode levar uma vida boa e honesta. Assim, como a justiça, o homem também não pode abusar nem da força, nem da prudência e nem da temperança, pois, quando inseridas nas quatro virtudes cardeais³¹, “reina a reta razão, sem qual virtude alguma pode existir. Por certo, pessoa alguma pode abusar dessa reta razão”³².

Ademais, das virtudes citadas acima, Agostinho as considera bens muito excelentes. Porém, assim como existem esses bens excelentes que advêm de Deus, existem bens médios e também os bens pequenos. A saber, as virtudes pelas quais os homens vivem com retidão

²⁹ *Lib. arb. II, xviii, 47*

³⁰ Agostinho afirma ser a sabedoria um bem, ao dizer que: “Deus não deu a sabedoria aos corpos, nem a todos os seres vivos, mas somente as almas racionais”. Desse modo, ele faz uma analogia da sabedoria e dos números. Ao passo que ele afirma que todos os seres humanos têm um número dado por Deus, isto é, cada homem possui sua razão e espírito. Sendo assim, o número está impresso no espírito, pois esse contém unidade. A verdade é um bem, pois para Agostinho, a sabedoria e os números encontram sua fonte, na verdade, imutável, a qual não poderia ser negada, pois: “é feliz aquele que desfruta do Sumo Bem”, isto é, da verdade. Porém, é dito por Agostinho, que a verdade é um bem no qual todos podem gozar igualmente e em comum, pois ela acolhe todos os que a amam” (*Lib. arb. II, xiv, 38*).

³¹ “Na primeira parte do tratado O livre-arbítrio, Agostinho afirma que a boa vontade do home implica o exercício das quatro virtudes cardeais, sendo essas: a prudência, a força, a temperança e a justiça. A prudência é determinada como o conhecimento daquelas coisas que precisam ser desejadas e das que devem ser evitadas; a força é a disposição da alma para qual o homem despreza todos os dissabores e a perda das coisas que estão sob seu poder; a temperança é a disposição que reprime e retém o apetite para longe daquelas coisas que constituem uma vergonha serem desejadas; e a justiça é a virtude pela qual o homem dá a cada um o que é seu. Para o home levar uma vida feliz ou infeliz, depende de como ele vai usar sua boa vontade, e essa boa vontade, implica no exercício dessas quatro virtudes cardeais” (*Lib. arb. I, xiii, 27*).

³² *Lib. arb. II, xix, 50*

pertencem à categoria de grandes bens, enquanto as diversas espécies de corpos sem os quais se pode viver honestamente, contam-se entre os bens mínimos; as forças do espírito, ditas como as quais o homem não se pode viver de modo honesto, são bens médios. É notório que as virtudes, por serem grandes bens, o homem não as usa mal, enquanto dos bens médios e inferiores o homem pode usá-los para o mal ou para o bem. Todavia, é importante ressaltar que o homem não faz mau uso das virtudes pelo fato de que, “a obra virtuosa consiste precisamente no bom uso daquelas coisas das quais podemos também abusar. Ora, o bom uso nunca pode ser um abuso”³³.

Por conseguinte, Deus pôs à disposição do homem não só grandes bens, mas também os bens médios e os pequenos³⁴. Com efeito, a exemplo das virtudes cardeais, que são grandes bens, pois o homem não tem como usá-las mal, logo, o livre-arbítrio é um bem médio, pois a partir deste, o homem pode fazer mau uso ou bom uso. Contudo, o livre-arbítrio não é mal, mas também não é totalmente um bem.

Em si, a vontade livre não poderia ser um mal; tampouco é um bem absoluto, como a força a temperança ou a justiça, dos quais não se poderia fazer mau uso sem os destruir; ela é um tipo de bem mediano, cuja natureza é boa, mas cujo efeito pode ser mau ou bom segundo a maneira pela qual o homem o usa. Ora, o uso do livre-arbítrio está à disposição do próprio livre-arbítrio (GILSON, 2010, p. 277).

Em suma, pelo livre-arbítrio, está à disposição do próprio livre-arbítrio, a vontade livre é mestra de si mesma³⁵ e “somente dela, depende o mau uso do bem que ela é”. Todavia, para Gilson, a possibilidade desse mau uso seria, necessariamente, a condição do bom uso e também da felicidade que esse bom uso implica. No cerne dos bens imutáveis e universais, o qual é a verdade, para fruí-lo, a vontade possui a vida feliz, a qual é o bem supremo do homem. Em contrapartida, quando o homem alcança a vida feliz, isto é, a beatitude, esta não é idêntica à verdade, da qual ela é apenas posse individual.

O que se segue é que, por adesão à única e mesma verdade e à única e mesma sabedoria com todos, o homem torna-se feliz e sábio, mas este não pode ser feliz ou sábio através da

³³ *Lib. arb. II, xix, 50*

³⁴ “Agostinho aqui quer provar, em uma argumentação bem fortalecida, que o livre-arbítrio é um bem em si. Para isso, Evódio se considera convicto de que Deus existe e que todos os bens procedem Dele (aonde a vontade livre é considerada como um desses bens). Ainda que o homem possa usar mal da liberdade, a sua vontade livre deve ser considerada como um bem e a resposta é clara: porque é concedida por Deus. Agostinho mostra também que ‘deves reconhecer que ela é um bem e um dom de Deus, que é preciso condenar aqueles que abusam desse bem’. Para continuar sua argumentação no próximo capítulo, Agostinho mostra aqui a existência de ‘graus de bem’ (maior, intermediário e menor), onde a liberdade ocupa um grau médio” (PEREIRA E ARRUDA JÚNIOR, 2018, p. 169).

³⁵ “Segundo Étienne Gilson, a vontade livre é mestra em si mesma, assim como a razão, que como fonte de toda ciência, conhece a si mesma; como a memória, que conservadora de todas as lembranças, lembra de si mesma” (GILSON, 2010).

beatitude de outro homem. Tal é a razão da necessidade do homem possuir uma vontade pessoal e livre, um bem médio em si, “que permaneça livre para se voltar ao bem supremo e para possuí-lo na beatitude, ou para afastar-se dele para gozar de si mesmo e das coisas inferiores, no que consiste o mal moral e o pecado” (GILSON, 2010, p. 278).

Ademais, a vontade livre encontra-se entre os bens supremos e os bens imutáveis, está sendo um bem médio, adere ao bem imutável, do qual pertence a todos em comum, que não é privativo a ninguém, assim como a verdade. Contudo, para Agostinho, quando o homem adere ao bem imutável, este torna-se para ele um bem privativo, o que confere que eles são privativos a cada homem e não comuns a todos³⁶. A saber, mesmo a vontade sendo um bem médio, ao aderir ao bem imutável e universal, ela alcança os primeiros e maiores bens do homem, ao passo que quando ela se afasta desse bem imutável e comum a todos, voltando-se para seu bem particular, seja ele exterior ou interior, tornando-se senhora de si mesma“ para um bem exterior, quando se aplica a apropriar-se das coisas alheias, ou de tudo o que não lhe diz respeito e volta-se para um bem inferior, quando ama os prazeres do corpo”³⁷(*Lib. arb. II, xix, 53*).

Entretanto, para haver o movimento da vontade, que se afasta dos bens imutáveis, deve haver também um impulso. Esse movimento, isto é, o ato da vontade de afastar-se de Deus, é mal, e este, constitui, sem dúvida, o pecado. Porém, como dito anteriormente, esse movimento mal, ou seja, esse defeito, ou a corrupção do homem é voluntário, pois este, está posto sob o poder do homem que, conseqüentemente, é responsabilizado pelo mal. Isso é explicável e, na expressão de Agostinho, “se de fato o temeres, é preciso não o querer; e se de fato não o quiseres, ele não existirá”. Em todo caso, o homem é responsável e cai por si.

Mas é verdade que o homem que cai por si mesmo não pode igualmente se reerguer por si mesmo, tão espontaneamente. É porque, do céu, Deus nos estende sua mão direita, isto é, nosso Senhor Jesus Cristo. Peguemos essa mão, com fé firme, esperemos sua ajuda com esperança confiante e desejemo-la com ardente caridade (*Lib. arb. II, xx, 54*).

³⁶ “Agostinho, nesta ideia de busca da sabedoria, expõe aqui uma bela reflexão mostrando que no esforço para o homem tornar-se sábio, ele deixa de lado as coisas mutáveis e liga-se ao Ser único e imutável. A sabedoria regula pelos números a harmoniosa evolução do universo. Ao aproveitar a ideia numérica dos pitagóricos, Agostinho mostra que, por derivarem daquele número que é eterno, funcionam como um condutor para esta ‘Sabedoria eterna’. Infelizes são os que não reconhecem nos seres criados o reflexo da sabedoria de Deus. Eis a fala de Agostinho que mostra a sua argumentação e a importância de perceber na Sabedoria eterna a criação de tudo” (PEREIRA E ARRUDA JÚNIOR, 2018, p. 168).

³⁷ “No início do Livro III do diálogo de Santo Agostinho Do livre-arbítrio, Evódio, seu interlocutor, faz uma observação judiciosa, mas potencialmente perturbadora. Se, diz ele, o movimento da nossa própria vontade, com vistas ao seu objeto, for voluntário e estiver dentro do limite do nosso próprio poder, seremos dignos de louvor quando nos dedicarmos à realização de objetos superiores, ou merecedores de censura quando, pelo contrário, dermos preferência a objetos inferiores. Evódio acrescentou então essa extraordinária pergunta: ‘Como pode ser que, se Deus antevê tudo o que acontecerá no futuro, tenhamos necessariamente que pecar?’ (MATTHEWS, 2007, p. 149).

No início da terceira parte do tratado *O livre-arbítrio*, o autor se volta para a resolução acerca do movimento culpável da vontade livre. Dessa maneira, ele afirma que, se esse movimento que o homem faz, de se voltar para os bens mutáveis, existe, vindo da natureza ou devido à necessidade humana, este homem não pode, de modo algum, ser culpado. Ao analisar o movimento da pedra que, ao ser movida, isto é, jogada para cima, pois em virtude do seu peso, ela volta para a terra. Utilizando de premissas utilizadas na primeira parte do livro, que “nada pode sujeitar o espírito à paixão, a não ser a vontade”, Ele afirma, ademais, o seguinte:

Porque nem um agente superior, nem um igual podem constrangê-la a esse vexame, visto que seria injustiça. Tampouco, um agente inferior, porque não possui poder para tal. Resta, portanto, que seja próprio da vontade aquele movimento pelo qual ela se afasta do Criador e dirige-se às criaturas, para usufruir delas. Se, pois, ao declarar esse movimento culpável (e para ti apenas duvidar disso parecia irrisório), certamente, ele não é natural, mas voluntário (*Lib. arb. III, i, 2*).

Assim como o movimento que arrasta a pedra para o chão, é também o movimento da alma. O que difere o movimento da pedra do movimento da alma, é que a pedra não possui o poder de reter o movimento que a arrasta para o chão, enquanto a alma pode não querer esse movimento. Contudo, o movimento da pedra, é natural, mas o da alma não, pois este, é voluntário e, este se não fosse voluntário e nem mesmo posto ao poder do homem, não seria digno de louvores quando o homem voluntariamente se voltasse para os bens superiores, ao passo que não poderia ser o homem culpado quando se inclinasse para os bens inferiores³⁸.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os parâmetros ponderados, o problema do mal tende a ser assiduamente tratado quando se discute sobre o livre-arbítrio, pois o homem, conhecendo ou não o bem, sempre se inclinou para as más ações. O que explica porque essa temática foi inquietante para o filósofo de Hipona, que se deteve com muito afinco para a resolução do problema.

Ora, se o homem pratica o mal e Deus é o criador do homem, então teria Deus a ver com a existência do mal? Será que Deus é conivente ou responsável pelas ações dos homens? Para essas questões, que foram antigas e também atuais, encontramos desde Agostinho, que Deus não poderia ser, de nenhuma maneira, o autor do mal. Aliás, já em Platão, encontrou-se repúdio às narrativas que atribuíam maldades aos deuses. Então, no contexto em que estamos tratando, que é essencialmente cristão, Deus, mesmo por ser absolutamente bom, não pode ser

³⁸ “A pedra que cai, não cai sem causa, mas cai sem motivos: ela não tem o livre-arbítrio; ao contrário uma vontade que quisesse sem motivos seria uma noção contraditória e impossível; não se pode suprimir o livre-arbítrio sem no mesmo instante, destruir, no mesmo golpe, a vontade” (GILSON, 2010, p. 298).

responsabilizado nem associado às más ações que o homem comete. Por conseguinte, não podendo criar algo que não seja bom dotou, por isso, com o livre-arbítrio, sua principal criatura, o homem, que em troca de submeter-se a qualquer espécie de destino, sorte ou infortúnio oprimente, possa escolher suas próprias trilhas.

Ademais, isso instiga a refletir também que essa concessão ou doação do livre-arbítrio não poderia ser mais justa, pois se o homem pratica boas ações ele terá boas recompensas, mas se pratica más ações será castigado. O homem tem consciência disso, por isso o livre-arbítrio é racional ou se assenta sobre a razão que Deus deu, logo, sobressai, com efeito, a tese de que Deus é justo.

Em suma, Agostinho consegue provar que existe uma perfeição da ordem criada por Deus, por discordar do mal como substância concluindo que ele não é nada além da privação do bem e, o livre-arbítrio, por sua vez, só pode ser um bem, já que foi dado ao homem por Deus para que pudesse escolher agir bem, caso isso não fosse possível, é certo que o homem não agiria eticamente já que só faria o bem por falta de opção. É preciso admitir que Agostinho foi preciso em buscar respostas às suas preocupações, pois não se trata de uma teoria sobre o mal e a liberdade humana, mas de uma análise teórica fundamental destes dois problemas.

Referências

- AGOSTINHO. *O livre-arbítrio*. tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus 1995.
- AGOSTINHO. *De libero arbitrio, in Obras de San Agustín, tomo XI*, (BAC – Biblioteca de Autores Cristianos, V. Capánaga (dir.); edição bilíngue latim/espanhol, tradução e comentários por Emiliano Lopez), 2º edição, Madri, 1956, p. 675-811.
- AGOSTINHO. *Sobre a Vida Feliz*. Tradução de Enio Paulo Giachini. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução de Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 2002.
- ALMEIDA, Alysson Pereira de; ARRUDA JUNIOR, Gerson F. de. Reflexões sobre a obra “O Livre-Arbítrio” de Santo Agostinho: Uma Proposta de Esboço. *Ágora Filosófica*, n. 1 • jan./jun. 2018; Universidade Católica de Pernambuco.
- BROWN, Peter Robert Lamont. *Santo Agostinho, uma bibliografia*. Tradução Vera Ribeiro, - 12º ed, - Rio de Janeiro: Record, 2020.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. *10 lições sobre Santo Agostinho*. 4. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GILSON, Étienne. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. Tradução Cristiane Negreiros Abbud Ayoub – 2. Ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010.

MATTHEWS, Gareth B. *Santo Agostinho: a vida e as ideias de um filósofo adiante de seu tempo*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

STUMP, Eleonore. Agostinho sobre o livre-arbítrio. *In: STUMP, Eleonore. Agostinho*. São Paulo: Ideias & Letras, 2016, p. 161- 209.